

Movimentos sociais existem?
(Do social movements exist?)

António Pedro Dores

Resumo

A concretização das transformações sociais depende dos movimentos sociais no mesmo sentido em que depende da acção dos indivíduos. Não são necessariamente os movimentos sociais ou os indivíduos os promotores ou catalizadores das transformações. Mesmo quando são protagonistas, cabe à teoria social discernir em concreto as funções de cada um em cada situação histórica.

As teses sociológicas que conceptualizam os movimentos sociais como modos de expressão da sociabilidade humana são mais capazes de interpretar a realidade do que as conceptualizações mais politizadas, centradas em protagonistas, do que sejam tais fenómenos sociais. As vontades das pessoas, ainda que organizadas e orientadas racionalmente para finalidades benévolas, partindo portanto de uma energia emocional que sustente a mobilização, sendo relevantes para a sociedade, não asseguram nenhuma orientação do devir, cuja determinação é historicamente instável, cientificamente polémica e factualmente multifactorial.

Palavras chave: movimentos sociais; transformação social; análise social

Abstract

Social transformations depend on social movements as much they depend on individual action. Neither the one nor the other is necessarily the cause or the motor of social change. Even when this is the case, it is up to social theory to decide the role of each within any given historical situation.

Those sociological theories which see social movements as expressions of human sociability are more adequate to the reality of social movements than more politicized concepts focussed on leadership. Human intention, organised and oriented rationally towards human well-being and drawing on emotional energy for social mobilisation, is certainly relevant to society. However, this does not determine the direction of social change, a process which is historically unstable, hard to predict scientifically and affected by multiple causal chains.

Key words: social movements, social transformation; social analysis

Movimentos sociais existem?

Vivem-se tempos históricos. Tem-se a sensação de estar a viver uma crise cíclica de grande profundidade, que alegadamente se produz de cem em cem anos, réplica daquela que se viveu nos anos 30 do século passado, quando uma crise de confiança no sistema financeiro produziu uma vaga de desemprego e miséria nos Estados Unidos da América, nas vésperas deste país se tornar uma superpotência através da aplicação de receitas keynesianas. Questiona-se provocatoriamente se será desta o fim de dois séculos anos de capitalismo, ou “apenas” o fim da hegemonia ocidental na Terra começada há 500 anos. Além da crise económica há a crise política (há a esperança da vitória de Obama nos EUA a poder vir a retardar ou inverter) e a crise ecológica e energética (sem outra perspectiva sem ser o agravamento). Quem está disposto a prescindir do acesso aos restos do petróleo, do estilo de vida consumista, da economia de crescimento e da gestão socialmente excludente dos recursos económicos tornados escassos, por razões de eficiência lucrativa?

Os dirigentes em todo o mundo procuram evitar a catástrofe anunciada. Como diriam os marxistas, as condições objectivas de transformação do mundo estão presentes. Por isso se sente com tanta evidência, a nível global, a ausência dos movimentos sociais nesta ocasião.

Os movimentos sociais, nomeadamente do Fora Social Mundiais, foram apanhados de surpresa. Apesar dos sinais de crise terem pelo menos um ano, nenhuma reacção é

reconhecível de modo a constituir uma alternativa de estratégia de desenvolvimento, nem nos movimentos dos países do centro do capitalismo, nem nos países emergentes, nem nos países periféricos.

A pergunta que titula este trabalho admite respostas “objectivas” e resposta “subjectivas”: sim, os movimentos sociais existem mas não têm nenhum projecto de governança global. Não, os movimentos sociais não existem enquanto não tiverem um programa de governança global. Estas são as respostas “objectivas” a oferecer perante a análise da realidade presente.

O outro tipo de resposta decorre da consciência das limitações da observação científica do social e também do desejo do observador: ainda que não seja perceptível, pode estar a emergir um motivo de agregação de movimentos sociais que os tornará actores históricos irresistíveis e boas notícias para as populações. A resposta complementar desta tornou-se logicamente improvável (pois o seu autor seria considerado catastrofista, o que raramente ocorre no campo do estudo dos movimentos sociais), mas pode ser realmente viável, ainda que não corresponda aos desejos do observador: a emergência de movimentos sociais que se venham a revelar-se pesadelos para as populações, como aconteceu a partir do final dos anos 30 na Europa.

Concentremo-nos apenas nas respostas “objectivas”, procurando afastar-nos tanto quanto possível dos nossos desejos e ideologias tácitas.

Observe-se como a dualidade (Sim, existem sem aspirarem a governar. Não, não existem enquanto não aspirarem a governar) não é meramente lógica. É científica e é política.

É tratada politicamente nos Fora Sociais por todo o mundo, sob a forma de auto-identificação. Uns resistem à política de hegemonia política interna ao Fórum Social Mundial, contra a qual, de resto, se fundou o Fórum Social Mundial: este começou por proibir a participação de organizações políticas no seu seio e descartou todas as declarações com pretensões de representatividade. Outros, desde logo, notaram ser praticamente ineficaz e demissionista a recusa de concertar esforços na construção de alternativas políticas à dominação neo-liberal e neo-conservadora, sem o que um novo mundo possível jamais emergirá, dizem.

Também na teoria social estas duas posturas podem ser identificadas. O jovem Alain Touraine reclamava, nos anos setenta, uma radical oposição dos movimentos sociais às instituições em geral e ao Estado em particular, com os quais manteriam relações conflituais. Os cientistas sociais poderiam reconhecer os verdadeiros movimentos sociais dos falsos pelo nível e coerência das tensões racionalmente criadas por eles com as instituições. Os novos movimentos sociais, herdeiros do movimento operário entretanto institucionalizado no Estado Social, além do protagonismo e da identidade social e política reconhecida, teriam de se colocar em condições de intervir ao nível da historicidade, de estabelecer a perspectiva de sucessão de governanças alternativas ao status quo.

Os movimentos ecologista, feminista e estudantil prometiam ser modelares. Os respectivos desenvolvimentos, porém, não seguiram os passos nem uns dos outros nem do movimento operário, apesar de ser indiscutível a importância cultural, social e política de qualquer deles nos dias de hoje.

No outro extremo do espectro de opções teóricas disponíveis na teoria social encontramos Francesco Alberoni. O sociólogo italiano, inspirado na psicologia, identifica o estado nascente como um fenómeno psico-social emergente quando se dá a mudança psicológica entre um estado depressivo para um estado de entusiasmo com a vida. Isso pode ser observado ocorrer tanto com as pessoas, individualmente consideradas, como com grupos de duas ou mais pessoas envolvidas na gestão dos seus próprios estados nascentes. O autor propõe explicar o surgimento de movimentos sociais pelo acumular de relações sociais à volta de pessoas em estado-nascente, cuja característica principal não é a partilha racional de objectivos sociais comuns, mas antes a atracção psico-social entre si de pessoas a viverem aquele estado de espírito. Ao reconhecerem-se entre si na raridade e energia especiais desse tipo de vivência, as pessoas apreciam tanto mais vibrar em conjunto quanto mais são depreciadas e incómodas para a generalidade das outras pessoas, desenvolvendo eventualmente em grupos os seus projectos idealizados em torno de tarefas concretas, assim reconhecendo os diferentes obstáculos à concretização prática dos respectivos desejos.

Um dos exemplos dados pelo autor é revelador do sentido da sua ideia: um casal de enamorados, pessoas a viverem experiências de estado-nascente, por um lado é mal compreendido ou mesmo reprimido pelas pessoas. Sentem aqueles entusiasmos como extemporâneos ou mesmo perigosos, devido à perturbação dos hábitos e da disciplina que podem provocar (em especial junto dos familiares). Por outro lado, os enamorados sentem conhecer-se intimamente desde sempre, mesmo quando acabaram de se encontrar e cada um tenha herdado habitus sociais muito diferentes entre si. Podem estar a conversar desencontradamente durante horas, convencidos de estarem a partilhar histórias de vida equivalentes. Na verdade, apenas se sentem reconhecidos mutuamente na experiência da exclusão social provocada pela reacção social ao entusiasmo pela vida próprio daquele estado de espírito. Ao encontrarem a cara metade estão apenas a reconhecer-se mutuamente como pares e potenciais aliados para os planos de revalorização da vida considerados por terceiros irrealistas, despropositados, incómodos, eventualmente revolucionários ou subversivos, incompreensíveis. Por isso podem falar cada um das suas próprias experiências e desejos. Ainda que sejam contraditórios entre si, ambos compreenderão simpaticamente (em sintonia de estados de espírito e de excitação) o outro, na sua intimidade, na sua verdade eterna daquele momento, mesmo porque estão incapazes, um e outro, de reconhecer e muito menos dar prioridade às diferenças entre si. O que mais tarde poderá parecer-lhes óbvio, não o era nesses encontros apaixonados. O que não quer dizer que todas as paixões resultem mal. Depende do modo como ambas as partes souberem e quiserem gerir as suas contradições e da sua reacção aos apoios ou oposições do meio social envolvente.

Não há, em Alberoni, uma oposição entre instituição e movimento social. Ao inverso, todo o movimento social aspira à institucionalização, escreve. O ciclo de vida dos movimentos sociais é tipicamente mais curto do das instituições, pois requerem muito mais energia e possuem muito menos recursos. Mas a ambição é, precisamente, serem mais eficientes e terem mais recursos para atingirem os objectivos (os mais diversos) antecipados e depois paulatinamente adaptados às realidades, à medida que vai sendo possível realizá-los, sempre apenas de forma incompleta (em direcções não previstas) relativamente à forma idealizada inicialmente.

O estado-nascente desenvolve uma potencia de racionalidade emergente cuja realização depende das condições concretas de existência e dos recursos investidos no novo caminho. Os obstáculos encontrados não são apenas dos poderes fácticos instalados. São também a incoerência dos desejos relativamente às possibilidades práticas. Todo o movimento social, diz o autor, viverá a sua própria frustração, por sua vez alimento de desejos de angariação de mais recursos (de mobilização ou/e institucionais) e de negociações permanentes e fortemente energéticas (com os parceiros mobilizados entre si e com as instituições relevantes).

Verificamos, portanto, existir uma luta pela valorização e apropriação dos movimentos sociais (nos próprios movimentos sociais e a nível conceptual). Luta travada entre campos que designaremos, por facilidade, por partidário e extra-partidário. Um procura a pedra filosofal, o outro uma nova estética.

De um lado, a procura de um motor de poder capaz de suportar uma alternativa estrutural ao poder dominante, à semelhança daquilo que tornou os estados do Antigo Regime em estados modernos e o estados mínimos liberais em estados sociais (no ocidente) ou em democracias populares (no Leste da Europa e noutras partes do mundo).¹ Do outro lado, fora da lógica dos partidos, a defesa do espaço descomprometido da intervenção espontânea, fruto da própria natureza humana. De um lado a racionalidade utilitária das teorias accionalistas e, do outro, o distanciamento descomprometido favorável à libertação das expressões da natureza humana, de que a racionalidade é um factor mas não o prioritário.²

Uma teorização mais preocupada em discernir as consequências sociais dos movimentos com expressão suficiente para tal. Outra mais preocupada em captar no ovo a fonte original de suplemento de energias vitais e sociais capazes de transformar a inércia em activismo.

¹ O facto dos fascismos e do nazismo terem sido derrotados por potências liberais e comunistas colocou estes movimentos sociais fora das teorizações ou referências, por razões que não são nem políticas nem conceptuais mas éticas. De uma ética de efeitos duvidosos: para calar politicamente os derrotados podem estar a esconder-se os perigos actuais. Como diz uma televisão, é um erro imaginar que memórias históricas negativas jamais voltarão a a ensombrar as nossas vidas.

² Nos tempos da Guerra Fria os pacifistas alemães gritavam, “antes vermelho que morto”. Contra o racismo, hoje grita-se “todos diferentes, todos iguais”.

Movimentos sociais e sociedade

A expressão movimentos sociais refere-se às coisas, aos factos, às formas de fazer política usadas para transformação da sociedade num determinado sentido, ambigualmente antecipado? Ou refere-se a um estado de espírito de contestação do status quo que emerge espontaneamente, ocasionalmente, partilhado por um conjunto de gentes que usa o espaço público para mobilizar outras gentes, intencionalmente ou não?

Seja qual seja a natureza dos movimentos sociais, o elenco de fenómenos sociais observáveis não se esgota neles. Na versão do jovem Touraine, a função do sociólogo deveria ser, por um lado, a racionalização dos modos de compatibilização dos objectivos declarados pelos movimentos sociais com os interesses e potencialidades das respectivas bases sociais de apoio, perante as oportunidades estratégicas e táticas de desenvolvimento dos movimentos. Por outro, a teoria social deveria usar o seu poder de classificação para excluir do campo dos movimentos sociais os fenómenos que poderiam parecer ou reivindicar-se movimentos sociais mas não tivessem condições ou intenções de transformação social, de intervenção ao nível da historicidade. Em particular, deveria ser clara a separação entre as instituições, alvos das acções transformadoras, os movimentos sociais actores e promotores dessa transformação e a inércia social quotidiana produto da reprodução social.

Ocorre, entretanto, uma transformação paulatina das sociedades ocidentais. Nomeadamente passou-se de uma sociedade de longas rotinas estáveis por longos períodos de tempo, em contraste com a instabilidade dos movimentos sociais, para uma sociedade cada vez menos tolerante e interessada em rotinas que não possam ser alvo de inovação e mudança permanentes. As instituições e os quotidianos tornaram-se capazes de acolher no seu seio – e até tirar proveito disso – movimentos sociais. Tornaram-se flexíveis, como se usa dizer, adaptáveis às modas, pois aprenderam a explorá-las em seu favor.

Tabela 1. Tipos de sociedade e aceleração da mudança

Tipo de sociedade Tipo de acção	Integradora (1945-79)	Exclusiva ³ (1980-...)
Razão (partidária)	Fordismo do “one best way” Economias nacionais	Pos-fordismo das pequenas séries Economia global
Liberdade (extra-partidária)	Nacionalismos na política	Globalização das deslocalizações

A nível político passaram a verificar-se os consensos ao centro, o “discurso único”, sem alternativas, sem grandes narrativas, desconfiado do progresso (social) mas crente no mercado (e nos lucros).

Que movimento social terá originado tal transformação? A resposta não é evidente. A transformação social, portanto, terá ocorrido sem o protagonismo de nenhum movimento social. A federação dos movimentos sociais na actualidade, o Forum Social Mundial, também parece desinteressado ou pelo menos distante do centro da acção transformativa dos dias de hoje.

Richard Sennett (2006) escreve que terá sido consequência inesperada e indesejável da actividade da nova esquerda em que participou, desde os anos sessenta. Queriam menos Estado e menos burocracia para terem mais liberdade, mas finalmente a liberdade é actualmente menos e há o risco de a situação se degradar. Outros, como Manuel Castels (2004) dirão que as novas tecnologias de informação e comunicação transformaram as relações sociais numa sociedade em rede, que derrotou o Estado Soviético – e, acrescenta-se aqui, também terá custado uma mega bolha financeira que rebenta à vista de todos actualmente.⁴

³ Cf. Jock Young (1999) e Robert Castel (1998).

⁴ Para além da Internet, por redes deve entender-se o uso de computadores ligados entre si através de sistemas de comunicação privados, de que a banca foi pioneira e os mercados financeiros globais são os utilizadores de ponta.

O problema de saber se os movimentos sociais são partidários e racionais ou espontâneos e irracionais pode ser testado através da análise das transformações sociais? Historicamente, a reivindicação de rigor científico dos respectivos projectos de intervenção é própria de alguns, mas não de todos, os movimentos sociais. Em nenhum caso a ciência é utilizada de forma neutral, mas antes como instrumento de luta e afirmação argumentada de interesses subjacentes. Aliás como também acontece com o trabalho dos cientistas dentro das instituições. Todavia a crítica ao determinismo, a inevitável vitória da energia vital dos movimentos sociais, está feita na prática do próprio movimento operário. Isto é: os movimentos sociais não podem ser explicados em função de uma finalidade necessária a realizar, mas sim em função da instabilidade da natureza social da espécie humana, umas vezes entusiástica, outras vezes deprimida, outras vezes rotineira. Em estado nascente os movimentos sociais emergem, sem finalidades a priori a não ser aquelas que forem imaginadas ou adoptadas pelas pessoas em causa, em função da sua necessidade vital de viver essa condição, em determinadas condições históricas.

Serão os movimentos sociais indispensáveis à mudança ou apenas estímulos de mudança, eventualmente contrariados ou ignorados pela história? Que fazem eles para produzir, para fazer para favorecer ou para contrariar a difusão de inovações tecnológicas? Ou de filosofias políticas? Ou dos direitos humanos? Ou de epidemias?

Onde estão os movimentos sociais racionais? Do lado dos ecologistas ou do lado dos feminismos? Ou serão tais movimentos sobretudo resultantes de sentimentos de solidariedade com a natureza e com as vítimas privilegiadas e silenciadas da violência social? E porque se exprimem agora e não anteriormente na história? E onde encontrar formações partidárias capazes de suportar ou dar expressão a tais movimentos? Há um largo campo de pesquisas a desenvolver.

Com a queda da crença no progresso, também decaiu a evidência (desejo) de podermos ser conduzidos para o progresso por actores sociais alternativos àqueles que nos trouxeram até ao Estado Social, os movimentos de trabalhadores. Não que não tenha havido mudanças sociais profundas. Apenas as mudanças sociais podem ser extra-institucionais, como as mudanças culturais, e função de ofertas tecnológicas irrecusáveis,

como os computadores pessoais, a internet, os telemóveis e toda a sorte de produtos micro-electrónicos capazes de mudar as nossas vidas sem nenhuma decisão racional previamente organizada social ou politicamente. Nos mercados, os movimentos sociais também vivem – com entusiasmos, com organização de campos de acção e equipas dirigentes, com seguidores ávidos de bom sucesso, acompanhados por revistas e jornais, ou outras formas de difusão de notícias. Vive-se fora e sem referências directas à política e às instituições, contando como certos, como se fossem naturais, os mecanismos de difusão e concorrência organizados por entidades de regulação nada transparentes.

Em resumo, a globalização não foi gerada por nenhum movimento social evidente mas foi um processo de transformação social profundo, cujo plano jamais foi produzido, ainda que existam muitos planos para influenciar o sentido dos acontecimentos. Todavia, desde a queda do muro de Berlim, ao ataque das Torres Gémeas até à crise financeira, apesar da existência de informações mais ou menos públicas sobre o sentido geral dos acontecimentos, os povos, as pessoas e as instituições, bem como os movimentos sociais, apenas acreditaram naquilo que estavam dispostos a acreditar nos momentos em que tal lhes ocorreu. O excesso de informação, como dizem os informáticos, não produz conhecimento sem antes se realizar uma selecção das escassas informações a que cada cérebro e cada instituição estão receptivos. Frequentemente as evidências passam despercebidas. Aos políticos, às polícias, aos empresários e banqueiros, aos movimentos sociais.

Todos vivemos como apaixonados pelas nossas próprias convicções e limitações. Lutamos para afirmar a nossa crença ou profissão ou situação – aquilo a que os sociólogos chamam interesse – mantendo-nos em patamares de responsabilidade e observação que nos pareçam mais adequados à nossa condição. Faltam líderes de visão mais ampla, reclamam alguns. Faltam instituições capazes de produzir tais visões centradas na humanidade, e já não apenas em interesses parcelares. Na ONU, onde participam muitos movimentos sociais, através de instituições de canalização de saberes e preocupações certificadas, autónomas dos partidos e dos Estados, com a finalidade de apoiar a institucionalização de poderes globais susceptíveis de regulação nas diferentes áreas de intervenção, onde está a oposição entre os movimentos sociais e as instituições?

Os movimentos sociais existem mas, por vezes, só para os próprios e para aqueles olhares treinados e interessados em observá-los, a partir de concepções que são próprias do observador. Por vezes os movimentos sociais assumem uma visibilidade e um protagonismo públicos, como no caso dos movimentos operários e mais tarde os movimentos ecologistas. Outras vezes – como acontece mais frequentemente – predomina o low profile, como no campo dos Direitos Humanos, por exemplo. Mas também há exuberância da diferença, com os imigrantes, os indígenas ou os activistas de questões de género.

Movimentos sociais em Portugal

Antes da revolução democrática de 25 de Abril de 1974 haveria movimentos sociais em Portugal? Deus, Pátria e Autoridade era um mote de gente entusiasmada que cirandava em torno de Salazar e que lhe gritava vivas em salas apinhadas, em resposta a discursos políticos. Fado, futebol e Fátima era uma reinterpretação do mesmo slogan, pensado pela oposição para denunciar a alienação popular, entusiasmada com certas formas culturais, no tempo em que eram proibidos ajuntamentos de mais de duas pessoas, por razões políticas, para evitar conspirações.

A revolução dos cravos teve várias fases: a) Todos estávamos com pressa de nos encontrarmos e por isso corríamos uns para os outros, sem sabermos exactamente com quem estaria previsto que nos encontrássemos. Isto durou muito tempo, vários dias, eventualmente meses. Para muitos de nós deveria ter demorado anos. Da ressaca da revolução, até hoje, ficou no povo português a noção de que discutir é divergir e dessolidarizar-se. Ficou um ódio profundo à política, que vinha do salazarismo, continuou na revolução e, mais tarde, no consenso do discurso único global.

A revolução em estado puro durou pelo menos, uma semana, até ao primeiro 1º de Maio após o 25 de Abril de 1974, quando literalmente todos, cada um por si, se encontraram, sob a forma de torrentes vindas de todos os lados, no estádio lisboeta a partir de então conhecido pelo nome de Primeiro de Maio. Só depois vieram as discussões sobre o que fazer, e as divisões. Até que em 25 de Novembro de 1975 a situação política se normalizou, isto é, a experiência do entusiasmo passou a ser sentida como um logro,

como uma conspiração, como uma ilusão, como um abuso, como se fosse demoníaca, boa apenas para rituais mas não para o dia-a-dia. Movimentos sociais só a dois, parecem ter pensado os portugueses.

A ressaca revolucionária, aprender a viver numa sociedade normalizada, uma vida normalizada, durou bastante mais tempo do que o tempo da revolução. E os esforços para o conseguir não foram menores. Em vez de expansão apaixonada da vida e do tempo alimentada pelas utopias, contenção, contenção, contenção, por vezes até à loucura (literalmente; do tipo de loucura tratada nos manicómios). Sempre e em qualquer caso descobrindo em cada um de nós as competências mais apropriadas às novas oportunidades oferecidas pelas novas circunstâncias, sem perder de vista a felicidade hedonista, em vez da felicidade própria do sacrifício revolucionário.

Hoje em dia, Portugal é das sociedades europeias menos socialmente activas, se contarmos o número das actividades e activistas das associações e a sua independência relativamente às instituições. As associações existentes, na sua grande maioria, estão directamente alinhadas com interesses estratégicos da Igreja Católica, de associações secretas, de partidos políticos nacionais ou locais, de organismos de Estado, orientadas à captação de recursos e muito menos à produção de ideias ou ideais inovadores, em função das respectivas experiências concretas. Tal como acontece noutros sectores da vida portuguesa, incluindo e a começar pela vida económica e pelos mercados, a dependência do Estado e dos partidos – ou melhor, de quem domine os partidos, frequentemente imaginados como seitas e associações secretas.

Em Portugal, por outro lado, emerge um desejo latente de ver transformado o cenário social, como se se vivesse um pesadelo (a chamada depressão nacional)⁵ e apenas

⁵" (...) Nós temos que mudar. Um novo governante com os mesmos portugueses nada poderá fazer. Está muito claro... Somos nós que temos que mudar. Sim, creio que isto encaixa muito bem em tudo o que anda a nos acontecer: desculpamos a mediocridade de programas de televisão nefastos e francamente tolerantes com o fracasso. É a indústria da desculpa e da estupidez. Agora, depois desta mensagem, francamente decidi procurar o responsável, não para castigá-lo, senão para exigir-lhe (sim, exigir-lhe) que melhore seu comportamento e que não se faça de mouco, de desentendido. Sim, decidi procurar o responsável e ESTOU SEGURO QUE O ENCONTRAREI QUANDO ME OLHAR NO ESPELHO.

AÍ ESTÁ. NÃO PRECISO PROCURÁ-LO EM OUTRO LADO.

E você, o que pensa?... MEDITE!" crónica do intelectual colunista e conselheiro do primeiro-ministro Eduardo Prado Coelho no jornal Público citado em <http://patinar-artistico.blogspot.com/2005/11/olhar-no-espelho.html>, 2008-06-14.

restasse a esperança desesperada de que o fundo mudasse magicamente (a chamada euforia provocada pelas grandes obras públicas, tipo auto-estradas, rotundas, Expos ou Euros). Um pouco como se julga que terá acontecido 34 anos antes, na revolução redentora: algum herói, qual D. Sebastião, no caso o movimento dos capitães fartos de guerra, nos possa recomendar um caminho mais fértil, mas sem exigir de cada um de nós qualquer iniciativa que não seja apoiar os novos vencedores. É disso sinal, por exemplo, a luta contra a corrupção, considerada por alguns como o principal desígnio para a modernização do país. Perante a indignação pública face às sucessivas notícias e as desculpas esfarrapadas, a incompetência dos órgãos de justiça, a falta de vontade política, responde-se com anedotas trocadas (agora por internet) e por uma continuidade das práticas de mexer os cordelinhos, como escreve Luís de Sousa (2008). Outro sinal é os avisos políticos de risco de convulsões sociais por parte de gente próxima dos poderes e da governação que dirigem o país com índices de desigualdade sociais das mais altas da Europa, em contraste com o crescimento económico cada vez mais distante da média europeia.

Os portugueses viveram num espaço de tempo mais curto os estados de espírito que marcaram na Europa a viragem dos anos 60 para os anos 80, passando pelos revolucionários anos 70. A ditadura não evitou a chegada dos ventos de mudança cultural induzida pelos movimentos espontâneos de juventude, mas reprimiu a sua expressão pública e política. Só em 1974 essa repressão acabou. As questões da tomada do poder, ao contrário do espírito libertário dos hippies ou dos movimentos estudantis de outros países europeus, ocuparam as vidas dos activistas, recompensados frequentemente com lugares no Estado, entretanto esvaziado do poder fascista em debandada. Em 25 de Novembro de 1975 fez-se o acordo de regime que ainda perdura actualmente: consensos conspirativos ao centro, longe das multidões, em função dos poderes fácticos e dos caciquismos locais (de que a governação da Madeira é o exemplo máximo) e a tolerância para com os comunistas nos sindicatos, nas autarquias alentejanas e no parlamento. A modernização induzida pela entrada na Comunidade Europeia, em 1986, alimentou tanto o fácil sucesso dos políticos democráticos – que dizem deles próprios o pior, quando se trata de avaliar as suas qualidades – como as tendências oligárquicas de captura do poder, evidentes no fisco – auto-declarado

incompetente, durante décadas, para cobrar impostos aos empresários fraudulentos – ou no sector da justiça – considerado frequentemente como o maior travão ao desenvolvimento económico do país, para além de ser acusado de não cumprir os desígnios de regulação de um estado de direito.⁶

Para além das estradas e das grandes obras públicas, o serviço nacional de saúde é um sucesso da democracia em Portugal. Os resultados da democratização dos acessos ao ensino e à justiça foram os maiores fracassos. Curiosamente a Ordem dos Médicos manteve-se rigorosamente corporativa e controladora dos certificados profissionais, ao ponto de haver hoje falta de pessoal médico no país, ao passo que tanto no ensino como na justiça as necessidades de crescimento foram resolvidas minimizando os controlos de qualidade e maximizando o espírito corporativo.⁷

Teoria dos movimentos sociais

O que é que são, e não são, então, movimentos sociais, à luz da experiência social portuguesa? À luz das teorias sociais disponíveis?

A primeira vez que me lembro de ter colocado a questão foi a propósito das queixas, ainda hoje em circulação, contra o desperdício da energia e da paixão das multidões no futebol. Se canalizadas para a política, argumentaram sectores de esquerda, poderiam ser mais úteis para apoiar a transformação social. Mais úteis para a política que agradaria o meu interlocutor (presume-se não se estarem a referir aos casos dos neo-nazis disfarçados de holligans), sem colocar a hipótese de o futebol poder estar a canalizar maus instintos, digamos assim, para zonas de neutralização social, como é

⁶ O Bastonário da Ordem dos Advogados diz repetida e publicamente que é nas sessões dos tribunais onde os direitos dos cidadãos e dos advogados menos são respeitados. Os tribunais portugueses têm interpretado a ofensa da honra de personagens poderosos como um limite à liberdade de expressão, em particular dos jornalistas, de modo reiteradamente condenado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. A própria constituição portuguesa sugere a subversão do direito à liberdade de expressão e informação quando no artigo 37º alínea 3 afirma “As infracções cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal (...)”, lembrando as práticas legislativas salazaristas em que a cada direito correspondia uma excepção que inviabilizava, na prática, os direitos, afinal apenas “para inglês ver”.

⁷ A prova disso é, por exemplo, a impunidade da corrupção endémica bem evidente na auto-declarada impossibilidade de fazer respeitar o segredo de justiça por parte das instituições judiciais competentes, ou a defesa sindical de agentes do Estado acusados de tortura.

argumentado quanto ao facto de poder tirar “muídos da rua”. O que, a acontecer, seria uma coisa melhor do que lhes parecia à primeira vista.

As transformações sociais, vimos anteriormente, não são todas protagonizadas por movimentos sociais. Os movimentos sociais, por sua vez, nem sempre implicam transformações. Por outro lado, a tentação de descobrir movimentos sociais sempre que haja uma aglomeração de pessoas terá de ser contida. A definição “partidária” de movimentos sociais, mais restrita e política, como a do jovem Touraine aqui recordada, trata disso mesmo. Começa por se dirigir a acções que reclamam a designação de movimento para intervenção transformadora da sociedade e exige-se-lhes credenciais de pertinência e eficácia. Estranhar-se-á a ausência de tais actores em certas crises transformadoras. Daí a pergunta: será que deixaram de existir?

Em vez disso, se se tomar a definição de Alberoni, os entusiasmos poderão ser descobertos muitos, mais ou menos organizados, mais ou menos socialmente extensos, em moles ou em redes, o que não quer dizer terem influência super-estrutural ou transformadora das instituições no sentido formal e directo. Terão apenas, e não será pouco, influência na transformação da vida das pessoas entusiasmadas e em todas as pessoas influenciadas por elas. Influências boas, algumas, e outras más.

Serão o capitalismo, as suas tecnologias ou o espírito do capitalismo, nas suas diversas metamorfoses, movimentos sociais? E o nazismo: foi capaz de federar movimentos sociais? Porque não pode acontecer movimentos sociais atingirem formas de protagonismo político historicamente relevantes e serem eticamente reprováveis (os casos dos totalitarismos soviético ou chinês)? Caberá ao sociólogo ser também juiz da história? Em alternativa, teremos de admitir poderem ser os movimentos sociais negativos para a humanidade?

As teorias sociológicas mais partidarizadas tendem a responder que os movimentos sociais têm direcções políticas específicas anti-autoritárias e populares incompatíveis com a promoção do capitalismo ou da direita. Por outro lado, se se considerarem serem os movimentos sociais expressões específicas da vitalidade humana, poderá sempre haverá aspectos de qualquer movimento social, a revelar empiricamente em cada caso, susceptíveis de serem interpretados como negativos.

Noutra perspectiva, a adopção do telemóvel não é tomada como uma consequência de um movimento social, mas sim de uma onda consumista, que todavia mudou o quotidiano e os instrumentos de mobilização política, como a Internet. Antes disso, as migrações do campo para a cidade não foram consideradas movimentos sociais, como ainda hoje os movimentos migratórios também não o são. Todavia, não terá sido a divulgação da ética do trabalho junto dessas populações uma das maiores transformações caracterizadoras do mundo moderno?

As manifestações pela independência de Timor Lorosea em Lisboa foram emergências de um movimento social? Se sim, que programa de subversão política defendiam? Se não, como realizaram uma tal influência política que se tornou tão relevante na luta dos timorenses pela sua independência, do outro lado do mundo?

Os campos de refugiados na Palestina são, em si mesmo, movimentos sociais? Ou são tão só fonte inesgotável de movimentos sociais?

O sociólogo deve predispor-se, sem preconceitos, a seguir o actor social, seja ele um simples individuo à procura de formas de exprimir o seu entusiasmo emergente, seja um grupo extenso de pessoas com formas próprias de auto-reconhecimento capazes de provocaram auto-satisfação e produzirem identidades paulatinamente incorporadas e difundidas socialmente, mesmo se nunca chegam a tomar politicamente o poder de uma ou de todas as instituições.

Não há uma continuidade ou apenas uma diferença de ênfase nas teorias sociais sobre os movimentos sociais aqui tratadas. Há diferentes entendimentos do que seja a função do conhecimento sociológico – num caso deve tomar partido, noutro caso deve revelar a natureza humana – e do seu valor epistemológico – avaliar as consequências das acções sociais, num caso, valorizar as vivências humanas, no outro.

A teoria social apresenta-se frequentemente composta de uma parte estática – o estudo do presente, como sociografia fora da história – e de uma parte dinâmica – a comparação de sociografias separadas no tempo apresentadas como tendências sociais.

Tabela 2. Estáticas versus dinâmicas sociais

Estática	Dinâmica
Instituições	Diferenciação
Anomia	Disfunções
Classes	Espírito do capitalismo ou revolucionário
Civilização	Repugnância perante a violência
Informação	Conhecimento
Privado	Público
– intensas e rotineiras –	– profissionais ou políticas –
Habitus	Associação e acção racionais

Esta aproximação mecânica às realidades sociais cria problemas de compreensão dos modos de articulação entre as vidas privadas e as vidas públicas. Problemas que não são inocentes. Pois desconsideram as desigualdades sociais de base (remetida para o foro privado, da responsabilidade da família ou do indivíduo) para afirmar uma igualdade formal (no espaço público alegadamente racional e livre de coersões) como se fossem realidades distintas: a micro e a macro sociologia.

A teoria do estado-nascente permite-nos romper com as especializações espacio-temporais e o espartilhamento mecânico, de facto institucional, da vida social. O actor social emergente, porque entusiasmado, é motor potencial de movimento social na medida em que não respeita os espartilhos institucionais. Espartilhos esses em parte materiais e noutra parte virtuais ou ideológicos. O actor social dispõe-se, por natureza do seu estado, a experimentar novos e velhos caminhos, indiferenciadamente, para o bem ou para o mal. É uma necessidade pessoal recorrente. Eventualmente canalizável através de instituições ou através de ideologias ou através de movimentos sociais socialmente visíveis e, eventualmente, politicamente perturbadores.

Considerações finais

Em sociedades abertas à institucionalização de todos os movimentos sociais, como aquelas que vivemos no Ocidente actualmente, imaginar os movimentos sociais oponíveis (em vez de suportes e alimentos) das instituições é falhar o essencial.

O movimento operário ajudou a transformar o Estado liberal em Estado Social, tendo este adquirido competências de acolhimento regulado dos movimentos sociais. Nas condições actuais, os movimentos sociais são, pois, institucionalizados precocemente. Não dispõe do tempo de maturação na luta que, no século XIX, tiveram os movimentos de trabalhadores. Em piores condições, portanto, para adquirirem momentum capaz de pôr em causa, de uma só vez, todas as instituições ao mesmo tempo. E, depois, porque fazê-lo ou desejá-lo, depois da experiência histórica do século XX?

A revolução dos cravos, com meia dúzia de mortes directamente imputáveis às actividades politico-militares, é o protótipo da revolução violenta no período dos anos setenta do século XX, época que viu cair muitas ditaduras no Sul da Europa e na América Latina de forma ainda mais pacífica. É incomparável a violência implicada na onda democratizadora iniciada com a revolução portuguesa com a que ocorreu na sequência das actividades revolucionárias na Europa no mudar de século XVIII para o XIX e se continuou no século XX, até 1945. Por outro lado, são também oponíveis o espírito esperançoso e de progresso que o século XIX legou ao século XX e o espírito depressivo e descrente, desencantado e defensivo, com que o Ocidente entrou no século XXI.

Aos movimentos sociais, principalmente nos países mais desenvolvidos, são oferecidas oportunidades de institucionalização local, nacional, regional, global. Uma das principais disputas estratégicas dentro dos movimentos sociais é, precisamente, a que suporta a decisão de recolher, ou não, fundos públicos ou privados. Ter melhores condições materiais de realização dos objectivos compensará, em termos de eficácia, as condições de controlo que vêm com os fundos? São tais condições impeditivas do amadurecimento autónomo dos movimentos sociais, eventualmente subversivos da ordem estabelecida?

Será que os movimentos sociais deixaram de ocorrer, à medida que são substituídos por redes de ONG's subsidiárias de desejos filantrópicos, diplomáticos, alternativos, defensivos, revolucionários, como as que são atraídas pelo Fórum Social Mundial? A abertura do Estado Social à institucionalização dos movimentos sociais, manifestada também pelas redes transnacionais de ONG sediadas nas Nações Unidas ou em Bruxelas (na esperança de vir a ser possível constituir uma governança global) acabou com as possibilidades de sucesso subversivo dos movimentos sociais?

A resposta a estas perguntas depende da história que vier a viver-se, mas também depende do que se entenda por movimentos sociais.

Há, no conceito de movimentos sociais, um revivalismo dos tempos heróicos comunitários – mortíferos e violentos – dos movimentos operários espontâneos, feitos de culturas fusionais, como lhes chamou Sainsaulieu (1988). Os movimentos sociais das revoluções sem sangue, como foram o Maio de 68 ou as revoluções democráticas no Sul da Europa e da América Latina, nos anos 70 do século XX, não são o anúncio do progresso a abrir-se: são, tão só, a ilusão de um retomar de alguns dos países em vias de desenvolvimento nos caminhos já prosseguidos pelos povos dos países mais desenvolvidos. A vontade de realização da igualdade do século XIX é agora, sobretudo, a necessidade de viver a liberdade, a cultura democrática a que se referiu Sainsaulieu como sendo características das novas classes profissionais emergentes a partir dos anos 70 do século passado.

Os movimentos estudantis, feministas ou ecologistas, embora o tenham tentado, não instituíram formas comunitárias alternativas, como fizeram os operários. Dispersaram-se e difundiram-se em práticas culturais “todas diferentes, todas iguais”. Procuraram influenciar todos os poderes, em vez de constituírem partidos à parte. Promoveram mudanças, não organizaram a transformação social. Querem reformas, não protagonizam a revolução.

Os movimentos sociais com impacto histórico directo na reestruturação dos sistemas de instituições não existem, hoje em dia.⁸ Reclamam contra contradições evidentes mas, ao

⁸ Há movimentos camponeses, como o movimentos sem terra brasileiro ou o de Chiapas, e outros, que poderão vir a ser transformadores. Mas não o foram até agora a nível institucional.

mesmo tempo, ideologicamente escamoteadas da vida social: faz sentido estigmatizar minorias, como as mulheres ou os camponeses ou etnias? Faz sentido arriscar o meio ambiente propício à vida humana, quando não o sabemos reproduzir? Faz sentido afastar os jovens, até uma idade cada vez mais avançada, dos lugares sociais onde se trabalham as estruturas sociais? Como recuperar a dignidade humana perdida a respeito dos genocídios de indígenas nas Américas? Porque se continuam a discriminar pessoas por causa da sua orientação sexual?

Os actuais movimentos sociais não parecem vocacionados à hegemonia histórica. São expressão organizada de dúvidas existenciais profundas e mobilizam a espontaneidade dos descontentes e dos entusiasmados, de modo a institucionalizar as respectivas energias. Reconhecem-se como diferentes e com iguais direitos ao exercício da cidadania entre si, e, sobretudo, iguais direitos comparados com os políticos profissionais.

Os movimentos sociais sempre resultaram, espontaneamente, da natureza socializante das pessoas, ligadas umas às outras por desejos de acção social e individual. Em raras ocasiões históricas, extensas federações de muitos movimentos sociais foram a força motriz de transformações radicais das estruturas sociais. A esmagadora maioria dos movimentos sociais são estruturalmente irrelevantes, no imediato. Mas mesmo o mais pequeno deles – como um enamoramento de que nasça uma criança – pode revelar-se mais ou menos importante, a prazo, consoante as tendências demográficas da época e/ou o protagonismo histórico do rebento.

O conceito de movimento social de Francesco Alberoni, mais sociológico que político, mais psicológico que institucional, permite-nos evitar avaliações morais ou políticas a priori dos resultados futuros dos factos presentes, difíceis de prever. O conceito de movimento social como uma dinâmica social gerada por encontros espontâneos de pessoas em estado-nascente (uma forma de estar não planeada mas que desperta fortes intencionadades) abre perspectivas de desenvolvimento da teoria social que não tem sido suficientemente exploradas.

Bibliografia

Alberoni, Francesco (1989) *Génese*, Lisboa Bertrand.

Castel, Robert (1998) *As metamorfoses da questão social - uma crónica do salário*, Petrópoles, Ed. Vozes.

Castels, Manuel (2004) *A Galáxia Internet – Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade*, Lisboa, FCG.

Eisenstatdt, S. N. (2003) *Comparative Civilizations and Multiple Modernities*, (Vol I e II) Boston, Brill

Elias, Norbert (1993/1987) *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

London, Artur (1976) *A Confissão - o processo de Praga*, Lisboa, Círculo de Leitores

Touraine, Alain (1994/1992) *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Piaget.

Sainsaulieu, Reynaud (1988) *L'Identité au Travail: les Effects Culturels de l'Organization*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Sennett, Richard (2006) *The New Culture of Capitalism*, Yale University Press.

Sousa, Luís e João Triães, org. (2008) *A Corrupção e os Portugueses*, Lisboa, RCP.

Young, Jock (1999) *The Exclusive Society*, London, Sage.

Biografia

Docente do ISCTE desde 1985, nascido em Lisboa em 1956, doutorado e agregado em Sociologia em 1996 e 2004 respectivamente. Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES. Coordenador dos mestrados Risco, Trauma e Sociedade e também Instituições e Justiça Social, Gestão e Desenvolvimento, no ISCTE. Membro da Associação Contra a Exclusão pelo Desenvolvimento/ACED, <http://iscte.pt/~aced/ACED>, iniciativa de pessoas reclusas para romperem o cerco que as inibe de exercer os direitos de livre expressão.

Organizador dos livros Prisões na Europa – um debate que apenas começa e Ciências de Emergência, co-autor com António Alte Pinho do livro Vozes contra o silêncio – movimentos sociais nas prisões portuguesas. Autor dos livros de sociologia Espírito Proibicionista (ensaio), Espírito de Submissão (monografia) e Sociologia da Instabilidade (síntese didáctica), onde se abordam temas como as naturezas sociais, os estados-de-espírito sociais, crítica da teoria social.

António Pedro Dores, PhD, Professor of Sociology at Lisbon University (ISCTE) and fellow researcher at CIES/ISCTE. Born in 1956, he is director of two master degrees in social science on Risk, Trauma and Society and on Justice and Social Institutions. He is founder member of Human Rights NGO concerning prison issues, built by inmates in Portugal, 1997, ACED <http://iscte.pt/~aced/ACED>. He is organizer of two books, Prisons in Europe and Ciências de Emergência. He is author of other books: Vozes contra o silêncio – movimentos sociais nas prisões portuguesas with António Alte Pinho, about prison struggles about justice, Espírito Proibicionista (sociology essay), Espírito de Submissão (sociological monograph about representations of justice in immigrant populations in Lisbon) e Sociologia da Instabilidade (didactics critical presentation of social theory).

WWW: <http://home.iscte.pt/~apad>

email: antonio.dores@iscte.pt

Interface: a journal for and about social movements
Volume 1 (1): 125 - 146 (January 2009)

URL:

<http://www.interfacejournal.net/2009/01/movimentos-sociais-existem.html>